

TRINDADE DOS SANTOS DE FREITAS

**INCLUSÃO:
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA HOJE**

PONTAL DO PARANÁ

2004

TRINDADE DOS SANTOS DE FREITAS

**INCLUSÃO:
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA HOJE**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista no Curso de Inclusão/Educação Especial pela Universidade Federal do Paraná/DEPSI em convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Pontal do Paraná/CEAD.

Orientadora: Prof. Claudia Cibele Bitdinger Cobachini

PONTAL DO PARANÁ

2004

*A todos que acreditam que a educação é o
único caminho para a transformação social.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora e orientadora Claudia Cibele Cobachini, pelo acompanhamento e revisão do estudo, pelas críticas que propiciaram um maior aprofundamento da pesquisa.

Aos colegas de curso pela amizade e companheirismo.

A todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização e divulgação deste trabalho.

“Pouco conhecimento faz que as criaturas se sintam orgulhosas. Muito conhecimento, que se sintam humildes. É assim que as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o céu, enquanto que as cheias a baixam para a terra, sua mãe”.

Leonardo da Vinci

SUMÁRIO

RESUMO.....	VIII
ABSTRACT.....	IX
INTRODUÇÃO.....	10
1. Evolução Histórica do Conceito de Excepcionalidade.....	12
1.1. Pré Científica.....	12
1.2. Científica.....	14
1.3. Excepcionalidade como “condição”.....	15
2. Trajetória da Exclusão à Inclusão Social.....	17
2.1. Da Integração à Inclusão Social.....	17
2.2. Conceito de Sociedade Inclusiva.....	20
3. Educação para Deficientes – Fases de Desenvolvimento.....	22
3.1. Fase de Exclusão.....	22
3.2. Fase de Segregação Institucional.....	22
3.3. Fase de Integração.....	22
3.4. Sistema de Integração.....	23
4. Movimento pela Inclusão na Educação.....	25
4.1. Declaração de Salamanca.....	30
5. Política Nacional de Educação Especial.....	34
5.1. Estrutura Jurídica.....	35
6. Educação Inclusiva.....	36
6.1. Inclusão – Desafios no Ensino Secundário.....	37

6.2. Professor – Presença Importante na Educação Inclusiva.....	39
6.3. Pais – Participação Importante.....	40
6.4. Benefícios para todos na Educação Especial.....	41
6.5. Transição da Escola para o Trabalho.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

RESUMO

O estudo focalizou o processo de inclusão nas Escolas Brasileiras desde sua implantação até os dias atuais. Verificou como se deu a evolução do conhecimento e do conceito do indivíduo especial na sociedade. A evolução das ciências humanas e da psicologia como ciência do comportamento nos trouxe uma nova visão a respeito dos excepcionais. Portanto, a inclusão é uma proposta, um ideal. Se quisermos que nossa sociedade seja acessível, que dela todas as pessoas com deficiência possam participar em igualdade de oportunidades, é preciso fazer desse ideal uma realidade a cada dia. Como metodologia optou-se por uma abordagem exploratória, crítica e reflexiva. Desta forma, realizou-se, uma pesquisa bibliográfica, buscando, na literatura pertinente, documentos que ajudassem a responder às questões levantadas na problemática do tema. Como procedimento de análise e discussão dos dados empregou-se o recurso da *Análise do Discurso*.

ABSTRACT

The study focuses the inclusion process in the Brazilian Schools from his/her implantation to the current days. It verifies as he/she felt the evolution of the knowledge and of the special individual's concept in the society. The evolution of the humanities and of the psychology as science of the behavior brought us a new vision regarding the exceptional ones. Therefore, the inclusion is a proposal, an ideal. If we want our society to be accessible, that of her all of the people with deficiency can participate in equality of opportunities, you/he/she is necessary to do a reality of that ideal every day. As methodology chose her for a bibliographical approach, critic and reflexive. This way, he/she took place at first a bibliographical research, looking for in the literature pertinent documents that you/they helped to answer to the lifted up subjects in the problem of the theme. As analysis procedure and discussion of the data was used the resource of the Analysis of the Speech.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é oferecer diretriz básica para o desenvolvimento das atividades de inclusão nas escolas, a partir dos elementos que o nosso trabalho tem identificado como sendo os conhecimentos básicos para se iniciar um trabalho.

Nesse sentido, reunimos aqui os procedimentos que temos abordado no curso, buscando nos vários autores que tratam da temática, se revelaram, os mais utilizados pelos pesquisadores.

Nesta perspectiva, nosso trabalho procura articular os fundamentos conceituais, epistemológicos, no sentido de superar a visão tecnicista, muitas vezes predominante na educação.

Portanto, no primeiro capítulo, abordamos uma perspectiva histórica do conceito de excepcionalidade, desde antiguidade até os dias atuais, a partir da evolução da ciência e dos sistemas de valores de cada sociedade.

A transformação do conhecimento e da definição de deficiente aconteceu em dois momentos: No primeiro, a concepção Pré-científica, esses indivíduos deficientes eram vistos como anormais, sendo segregados e isolados.

A partir da concepção científica, essas pessoas começaram a ser tratadas como seres humanos doentes, seus comportamentos constituíam sintomas que deveriam ser tratados pelos médicos.

Na segunda e terceira parte do texto, tratamos, de maneira ampla e clara, a trajetória da exclusão, que passou por diversas fases no que se refere às práticas sociais.

Somente em meados do século XX, desenvolveu-se a concepção filosófica da integração social dos deficientes nos meios educacionais, no intuito de transformar a sociedade.

Nos dois próximos capítulos, vamos tratar dos movimentos pela inclusão na Educação Nacional.

No último capítulo, abordamos a Educação Inclusiva, que consiste na inserção da criança especial na escola regular. Entre os agentes principais estão os professores e os pais para que o sucesso seja obtido, para que essa criança se desenvolva bem, possa ter uma vida normal como outro cidadão brasileiro.

1- Evolução Histórica do Conceito de Excepcionalidade.

Ao analisar, através da história, o comportamento da sociedade para com os indivíduos especiais, nota-se que ocorreu uma mudança no atendimento, educação e tratamento das pessoas consideradas diferentes. Isto está diretamente relacionado à evolução das ciências e ao sistema de valores de cada sociedade.

A evolução do conhecimento e do conceito do indivíduo deficiente ocorreu em dois momentos: na concepção pré-científica e na científica.

Pré-Científica: Desde a Idade Antiga até o final da Idade Média.

Científica: Compreende desde o início do Renascimento até a atualidade.

1.1 - Pré Científica:

Na concepção Pré científica, a compreensão e o tratamento desses indivíduos eram muito mais influenciados por valores culturais e étnicos do que por uma explicação natural.

Assim, na Idade Antiga, procuravam explicar seu comportamento diferente como consequência de forças sobrenaturais.

Os homens da Antiguidade, principalmente os egípcios, acreditavam em uma concepção demonológica da doença e, mais especialmente, da doença mental. Praticavam a trepanação, que consiste na abertura de um orifício no crânio. Historicamente esta cirurgia era realizada para permitir que os espíritos saíssem do corpo.

Nesta época observa-se que a valorização do aspecto físico, pelos gregos, impedia a aceitação de qualquer mutilação do corpo. E a história nos fala de pessoas com deficiências físicas que eram sacrificados, principalmente em Esparta, um povo guerreiro que necessitava de homens fortes e extremamente saudáveis.

Na Idade Média, a prática e as relações com o demônio eram dogmas aceitos, e o homem passou a ser considerado como um ser submetido a poderes invisíveis, tanto para o bem como para o mal. Em decorrência disso, observam-se atitudes distintas para com os indivíduos anormais, dependendo do tipo de excepcionalidade apresentada. Os psicóticos e epiléticos eram considerados possuídos pelo demônio, alguns estados de transe eram aceitos como possessão divina e os cegos reverenciados como videntes profetas e advinhos.

Nesta época, os indivíduos considerados anormais eram sacrificados ou totalmente excluídos da sociedade.

No final da Idade Medieval, influenciado por organizações cristãs, surgiu o atendimento assistencial. Tratava-se de organizações que abrigavam os desprotegidos, infelizes e doentes de toda espécie. Mesmo assim, pouca consideração se tinha para com os indivíduos que se divergiam dos padrões comuns de comportamento. Essas pessoas eram sempre tratadas como marginais em relação à sociedade.

1.2 - Científica:

Com o Renascimento e a ênfase do conhecimento científico, surgem as preocupações com o “indivíduo” e a busca de soluções científicas para seus problemas.

O desenvolvimento da medicina permitiu levantar objeções aos maus tratamentos de que eram vítimas os diferentes, assim como os “possessos” que passaram a ser considerados “doentes”.

No final do século XX, quando Pinel modificou a estrutura dos hospitais psiquiátricos, soltando das correntes os loucos internados, iniciou-se, do ponto de vista histórico, uma atitude mais humanitária para com os doentes mentais. A partir deste momento, muitas explicações e pesquisas surgiram com o objetivo de estudá-los.

No Renascimento, foram criadas as primeiras instituições para abrigar os deficientes (os diferentes).

O desenvolvimento das ciências da educação e da psicologia propiciou uma maior compreensão das necessidades do ser humano e, conseqüentemente, dos programas que melhor atendessem às necessidades dos indivíduos excepcionais.

Entretanto, a evolução não ocorreu em todas as sociedades e em todas as culturas, no mesmo grau e na mesma forma, ainda hoje encontramos, seja com maior ou menor intensidade, atitudes semelhantes àquelas que denominamos Pré Científicas.

Esse fato aponta que, apesar de todas as evoluções científicas, há, ainda, um longo caminho a percorrer, a fim de que o comportamento e o atendimento aos excepcionais se desenvolvam satisfatoriamente.

1.3 - Excepcionalidade como “Condição”.

A evolução das ciências humanas e da psicologia como ciência do comportamento nos trouxe uma nova visão a respeito dos excepcionais.

Inicialmente, a medicina deixou de ver o indivíduo excepcional como um ser “possuído” e passou a ser um “doente”. A biomédica tradicional considerava a excepcionalidade como um produto de uma moléstia, portanto a deficiência era vista como uma doença e suas manifestações físicas e comportamentais constituíam seus sintomas.

Os tratamentos médicos passaram a ser os primordiais e, muitas vezes, os únicos. Tal ponto de vista prevaleceu durante muitos anos, e, até hoje, verifica-se que, para algumas pessoas e certas instituições, o excepcional é ainda considerado um doente e o médico visto como um elemento fundamental da equipe que o atende.

Com a evolução das outras ciências que estudam o homem, como a educação, a sociologia e a psicologia, uma nova visão começou a surgir, estudando e analisando o comportamento desses indivíduos, os princípios que regem a aquisição desses comportamentos e as influências sociais nestas aquisições. Começou a aparecer uma busca de atitudes, programas e técnicas necessárias e capazes de promover o seu desenvolvimento.

A partir deste momento, a excepcionalidade deixou de ser considerada uma “doença” e passou a ser considerada uma “condição”, na qual determinados indivíduos se encontram e para qual são necessárias medidas educacionais, sociais, psicológicas e médicas específicas, que venham ajudá-los no seu desenvolvimento e num ajustamento satisfatório na sociedade.

2. Trajetória da Exclusão à Inclusão Social:

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se refere às práticas sociais. Ela começou praticando a **Exclusão social** de pessoas que, por causa de condições atípicas, não lhes parecia pertencer à maioria da população.

Em seguida, desenvolveu o **atendimento segregado** dentro de instituições, passou para a prática da **integração social** e, recentemente, adotou a filosofia da **inclusão social**, para modificar os sistemas sociais gerais.

Essas fases não ocorreram ao mesmo tempo para todos os segmentos populacionais. Ainda hoje vemos a exclusão e a segregação sendo praticada em várias partes do Brasil, assim como em praticamente todos os países.

2.1 - Da Integração à Inclusão Social:

A idéia de integração surgiu para derrubar a prática da **exclusão social** a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos.

A exclusão ocorria no seu sentido total. As pessoas portadoras de deficiências eram excluídas da sociedade ou de qualquer outra atividade porque eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes para trabalhar, essas características eram atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência.

Se algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas deficientes, outras adotavam a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto a doentes e idosos. Essas instituições serviam basicamente para dar abrigo, alimento e medicamentos.

As instituições foram se especializando para atender pessoas por tipo de deficiência. Assim, a segregação institucional continuou sendo praticada.

A idéia, então, foi de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis, já que a sociedade não aceitava receber pessoas deficientes nos serviços existentes na comunidade. Surgiram, na década de 60, as instituições especializadas, tais como: escolas especiais, centros de habilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais e associações desportivas especiais.

A partir da década de 60, o movimento pela integração social começou a inserir as pessoas portadoras de deficiência nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer. Essa nova abordagem teve como princípio a normalização, que preconiza propiciar aos indivíduos portadores de deficiência condições de vida as mais semelhantes possíveis às que são oferecidas aos demais indivíduos.

Na área da educação, normalizar é oferecer ao aluno com necessidades especiais recursos profissionais e institucionais adequados para que ele desenvolva seu potencial como estudante, pessoa e cidadão. Normalizar uma pessoa não significa torná-la normal. Significa dar a ela o direito de ser diferente e ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade.

O princípio da normalização “tinha como pressuposto básico a idéia de que toda pessoa portadora de deficiência, especialmente aquela portadora de deficiência mental, tem o direito de experimentar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal à sua própria cultura”. (Mendes, 1994).

Mantoan (1997b, p. 120) confirma esta idéia explicando que “A normalização visa tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas, condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade”..

Em outras palavras, isto significa criar, para pessoas atendidas em instituições ou segregadas de algum outro modo, ambientes os mais parecidos possíveis com aqueles vivenciados pela população em geral. Evidentemente parecido mais separado das outras pessoas.

Todavia, diante das novas conquistas e experiências acumuladas, uma boa parte da comunidade, algumas instituições sociais e organizações vanguardistas de pessoas com deficiência começaram a perceber e a disseminar o fato de que a tradicional prática de integração social era insuficiente para acabar com a discriminação que havia contra este segmento populacional e também muito pouco para propiciar a verdadeira participação plena com igualdades de oportunidades.

A integração social, afinal de contas, tem consistido no esforço de inserir na sociedade pessoas com deficiência que alcançaram um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência,

e seus aliados que abracem a sua causa tentando torná-la mais aceitável no seio da sociedade.

Neste final de século estamos vivendo a fase da transição entre a integração e a inclusão. Portanto, é compreensível que ambos os processos sociais coexistam por mais algum tempo até que, gradativamente, a integração esmaieça e a inclusão prevaleça.

2.2 – Conceito de Sociedade Inclusiva.

Inspirada no lema do Ano Internacional das pessoas deficientes (“Participação Plena de Igualdade”) uma pequena parte da sociedade em muitos países sentiu a necessidade de mudar o enfoque de seus esforços. Para que as pessoas com deficiência pudessem ter participação plena e igualdade de oportunidades, seria necessário que não se pensasse tanto em adaptar as pessoas à sociedade e sim a sociedade às pessoas.

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros.

Torje Jonsson (1999, p. 63) define essa sociedade como a “*sociedade para todos*”, que se empenha para aceitar as diferenças de todos os seus membros..

Para Sasaki (1997, p. 41), a Inclusão Social é um processo que contribui para construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, no ambiente físico e na mentalidade de todas as pessoas, também do próprio portador de necessidades especiais.

Werneck (1997, p. 41).complementa afirmando que “Uma sociedade inclusiva tem o compromisso com ela mesma porque se auto exige transformação intrínseca”.

Como filosofia, incluir é a crença de que todos têm direito de participar ativamente da sociedade. Como ideologia, a inclusão social vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de estigmatizados.

3. Educação para Deficientes – fases de desenvolvimento.

A história da educação para pessoas com deficiência apresenta também as fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão.

3.1 - Fase de Exclusão.

Nesta fase, nenhuma atenção educacional foi oferecida às pessoas com deficiência, que também não recebiam outros serviços, simplesmente eram ignorados.

3.2– Fase de Segregação Institucional.

Excluídas da sociedade e da família, pessoas deficientes eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos e não tinham quase nenhum controle sobre a qualidade da atenção recebida.

Segundo Jonsson, foi neste contexto que emergiu, em muitos países em desenvolvimento, a “educação especial” para crianças deficientes, administrada por instituições voluntárias, em sua maioria religiosas, com o consentimento governamental, mas sem nenhum tipo de envolvimento por parte do governo. Algumas dessas crianças passaram a vida inteira dentro das instituições.

3.3– Fase de Integração.

Esta fase viu surgirem as classes especiais dentro de escolas comuns, também nesta fase os testes de inteligência desempenharam um papel relevante,

no sentido de identificar e selecionar apenas as crianças com potencial acadêmico.

3.5 - Sistema de Integração.

A Integração Escolar, segundo Angler et al. (1992), é um movimento que visa acabar com a segregação, favorecendo, assim, as interações sociais.

O conceito de integração escolar é complexo, comportamento diferentes mudanças que passaram por um verdadeiro processo de evolução durante as últimas décadas. Embora nascido em países escandinavos, este movimento desenvolveu-se nos Estados Unidos. O Canadá, em particular Quebec juntou-se também ao movimento, que se desenvolveu lentamente e se fez presente na maioria dos países europeus.

A partir dos anos 70, o movimento de Integração Escolar provocou a diminuição do número de escolas e de classes especiais. Os alunos com dificuldades leves foram encaminhados para as classes regulares, embora continuassem freqüentando a classe especial para receber apoio pedagógico especial.

Nos anos 80, o movimento se intensificou, uma vez que a classe regular foi reconhecida como o melhor ambiente pedagógico para o aluno com necessidades especiais, considerando que este devesse receber ajuda pedagógica e que ele necessitasse diretamente de sua classe. Esta reconceituação dizia respeito, sobretudo, aos alunos deficientes leves, e não àqueles que apresentam déficit intelectual maior.

Conforme Montoan (1997, p.144-145), “A noção de integração tem sido compreendida de diversas maneiras quando aplicada à escola. Os diversos significados que lhe são atribuídos devem-se ao uso do termo para expressar fins diferentes, sejam eles pedagógicos, sociais, filosóficos e outros. Por tratar-se de uma construção histórica recente”..

O processo de integração, através da corrente principal (mainstream), é definido pelo chamado sistema de cascatas. Nele, todo o aluno tem o direito de entrar na corrente principal por ela. Os alunos podem tanto descer ou subir na cascata em função de suas necessidades específicas. O sistema de cascata tem onze níveis. Vai desde a inserção do estudante na classe regular com acompanhamento pedagógico e material especial até ao ensino em domicílio, em casos mais graves.

Na década de 90, a idéia da Integração Escolar total para todos os alunos (inclusão) se populariza cada vez mais, em consequência das insatisfações em relação à Educação Especial.

Atualmente, assiste-se a uma importante polêmica entre tendências que querem conservar as atuais estruturas de organização dos serviços destinados aos alunos com necessidades especiais e as que querem modificá-las radicalmente ou abandoná-las.

4. Movimentos pela Inclusão na Educação.

Bem antes de alguns movimentos internacionais e nacionais adotarem oficialmente a idéia de uma sociedade inclusiva, profissionais espalhados pelo mundo articulavam-se em busca de estratégias que dessem às pessoas com deficiência uma vida mais digna.

O termo inclusão estava longe de ser utilizado, mas em 195, nos países da Escandinávia – Suécia, Noruega, Islândia e Dinamarca –, especialistas na área de educação verbalizaram seu desejo em tirar das instituições segregadas as crianças menos comprometidas intelectualmente.

A partir dos anos 50 surge a pré-escola nos Estados Unidos, criada para atender as crianças negras que viviam em guetos e tinham dificuldades para entrarem no sistema de ensino.

No Brasil, segundo Bueno (1993), até a década de 50 do século passado, praticamente não se falava em Educação Especial, esta sofreu uma ampliação com a instalação de um verdadeiro subsistema educacional, com a proliferação das instituições públicas e privadas de atendimento aos ANEE (alunos com necessidades educacionais especiais) e a criação de órgãos normativos federal e estaduais. Criaram-se classes especiais, fase que se inicia com a categorização e classificação de deficientes, resultando da aplicação da famosa escala métrica de inteligência criada por Binet e Simon, em 1905 - os testes de quocientes intelectual (QI).

Em 1978, Aron e Skinner, já comentavam que o ambiente educacional deveria ser o menos restritivo possível, que deveria propiciar elementos para que

o professor do ensino regular atuasse com todos os alunos da classe, de forma favorecer a promoção das relações sociais aceitáveis entre os alunos com necessidades especiais e os que não as possuem.

Durante a década de 70, um amplo movimento fez com que diferentes países da Europa e das Américas prestassem uma atenção particular à organização dos seus serviços de educação especial, chamando a si a responsabilidade de garantirem também às crianças com NEE um processo educativo adaptado às suas necessidades individuais.

Era, então, o sistema educacional se modificando para atender uma minoria.

Na década de 80, o movimento pela inclusão, ainda sem ter essa denominação e com essa consciência, começou a se fortalecer em diversos pontos do mundo, como na Europa, Estados Unidos e a parte inglesa do Canadá.

Surge a **Integração educativa** como opção, defendendo-se que o ensino das crianças e jovens com dificuldades especiais deveria ser feito, tanto quando possível, no âmbito da escola regular.

As mudanças nas práticas estão refletidas na evolução dos termos. Carvalho (1997) levanta a questão referente à nomenclatura, o uso de termo excepcionais, muito empregado no passado, substituído por expressões consideradas mais adequadas. Pessoas portadoras de deficiência popularizou-se na década de 80, hoje vem sendo criticada e substituída por pessoas com necessidades especiais ou ainda poderia ser específico.

No âmbito da educação, a busca de uma escola que atendesse a todos foi documentada pela primeira vez em 1979, no México. Na ocasião, por iniciativa da

UNESCO, um grupo de países assinou o Projeto Principal de Educação. Este projeto tinha por objetivo definir e adotar algumas medidas capazes de combater a elitização da escola nos países da América Latina.

Segundo a UNESCO (1994, p .40), nos últimos anos, mudanças importantes estão ocorrendo na conceituação da Educação Especial, as quais estão gerando novos enfoques educativos em muitas partes do mundo: “Falar de necessidades educacionais especiais implica enfatizar aquilo que a escola pode fazer para compensar as dificuldades para aprender têm um caráter interativo e dependem não apenas das limitações dos/as alunos/as, mas também da condição educacional que lhes é oferecida”.

O conceito Necessidades Educativas Especiais, segundo Coll, Palacios e Marchesi (1995), começou a ser utilizado no final dos anos 60, mas não foi capaz de modificar a concepção dominante. O informe Warnock, solicitado pela Secretaria de Educação do Reino Unido em 1974, teve o mérito de convulsionar os esquemas vigentes e popularizar uma concepção diferente de Educação Especial.

Então o que significa um aluno com NEE como sendo aquele sujeito que possui Necessidades Educativas Especiais? “O aluno que apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade.” (Ibid., p. 11)

A partir da década de 80, surgem, em nosso país, principalmente no Rio Grande do Sul, os estudos e aplicações de Estimulação Precoce, em bebês de zero a crianças de três anos de idade, que apresentavam alguma alteração global

em seu desenvolvimento, tanto na área hospitalar e médica, como nas escolas especiais e, posteriormente, nas creches e escolas infantis. A partir desta nova abordagem dinâmica no tratamento de bebês com deficiência mental, inicia-se a intervenção mais precocemente nas desordens neuro-motoras, cognitivas e afetivas desses sujeitos, modificando o prognóstico de aprendizagem do mesmo.

Sem dúvida esta nova concepção não nega que os alunos tenham problemas em seu desenvolvimento. No entanto, a ênfase consiste em oferecer ao aluno uma mediação. A finalidade primordial é analisar o potencial de aprendizagem, como sujeito integrado em um sistema de ensino regular, avaliando, ao mesmo tempo, quais os recursos que necessita para que sua evolução seja satisfatória. O conceito de necessidades educacionais especiais remete às dificuldades de aprendizagem e também aos recursos educacionais necessários para atender essas necessidades e evitar dificuldades.

Então, os programas de Ensino Especial ganham força, na medida em que a maioria daqueles indivíduos não tem outra opção na sociedade normalizadora.

Embora, do ponto de vista legal e teórico, o discurso seja da igualdade de oportunidades, parece ocorrer uma falta de acesso aos meios regulares de ensino. Este sistema de Ensino Especial paralelo, criado para educar os "diferentes", contribui também para que eles sejam segregados e excluídos da sociedade, que os nega.

Tomasini relata que:

Essa atitude acaba por reforçar a criação de escolas especiais, o que faz com que as escolas regulares de ensino consigam se livrar com mais eficácia daqueles que considerem erratas para usufruir seus serviços. O discurso de que,

ao serem educados, devem ser separados dos normais, em virtude de certas especificidades, na prática não contribui numa mudança de postura por parte da sociedade no que diz respeito aos seus direitos de cidadania.

O fenômeno da repetência escolar, no Brasil, reflete, no âmbito da Educação, o processo de participação-exclusão das camadas populares. Parte dessa população compõe, no nosso país, uma parcela de alunos encaminhados à Educação Especial, identificados então como deficientes mentais leves ou portadores de distúrbios de aprendizagem e de linguagem. Ao estabelecer a sua clientela como aquela que apresenta desvio em características biológicas psicológicas ou sociais, a Educação Especial reproduz, no seu âmbito de ação, o processo de participação-exclusão do continente que oxila entre trabalho desqualificado e o seu excedente.

Segundo Correia, à medida que os conceitos de igualdade e justiça vão expandindo-se, as crianças e suas famílias evoluem de uma situação de passividade para um progressivo descontentamento com os procedimentos escolares que conduziam à segregação e exclusão das crianças ditas deficientes. Nos últimos cem anos, verificou-se um processo dolorosamente lento de integração e participação das crianças com deficiência. A educação Especial passa, neste final do século XX e início do XXI, por grandes reformulações, crises e mudanças. É dentro deste contexto histórico que se intensifica o processo de exclusão e que o termo excepcional passa a ser utilizado. Portanto, a história da humanidade, nas diferentes culturas ocidentais, transporta-nos ao resgate das diferentes formas de se entender a Deficiência Mental e, portanto, seus paradigmas de atendimento. Observa-se, assim, que a questão da definição da

Deficiência Mental vem incomodando a sociedade em todos os tempos, implicando todo o processo do diagnóstico integral da pessoa portadora de Deficiência Mental.

A inspiração para o encontro de Salamanca, na Espanha, foi reafirmar o direito de todas as pessoas à educação e ainda ratificou o empenho da comunidade internacional em cumprir o estabelecido na “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”.

Nesta conferência, em 1990, as Nações Unidas, representados pela Unesco, garantiram a democratização da educação independente das diferenças particulares dos alunos.

Com o objetivo de promover uma educação para todos, reuniram-se na Espanha, em junho de 1994, a convite do Governo Espanhol e da UNESCO, mais de 300 representantes de 92 Governos e de 25 organizações internacionais. O Brasil, embora convidado oficialmente com todas as honras, sua participação não se efetivou.

Desta conferência mundial saiu a **Declaração de Salamanca**, um documento sobre os principais, a política da educação para necessidades especiais.

4.1 – Declaração de Salamanca.

A Declaração de Salamanca oficializou o termo “Inclusão” no campo da educação e se utiliza diversos termos relacionados à inclusão. Entre eles, educação inclusiva, provisão inclusiva às necessidades educacionais especiais e,

também, a sociedade inclusiva. A declaração de Salamanca ratifica que a origem do conceito de educação inclusiva são as estratégias estabelecidas. Em 1990, na Conferência Mundial sobre “Educação para Todos”, recomendou-se que as escolas se ajustassem às necessidades dos alunos, quaisquer que fossem suas condições físicas, sociais e lingüísticas”.

O princípio da inclusão consiste no “reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo à ‘escola para todos’ – um lugar que inclua todos os alunos, celebre a diferença, apóie a aprendizagem e responda às necessidades individuais”. (p3)

Para proceder às mudanças fundamentais na política exigidas pela abordagem de educação inclusiva, é necessário “capacitar escolas comuns para atender todos os alunos, em particular aqueles que são portadores de necessidades especiais”. (Ibid.)

“Cremos e proclamamos que (...) as escolas comuns com esta orientação inclusiva são o meio eficaz de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e conseguindo educação eficaz para a maioria das crianças e melhorar a eficiência e, em última análise, o custo-benefício de todo o sistema educacional”. (p.nove)

Todos os governos devem “adotar em suas leis e princípios da educação inclusiva, matriculando todas as crianças nas escolas comuns, a menos que haja razões de força maior para não fazê-lo, (...) desenvolver projetos de demonstração e estimular intercâmbios com países que tenham experiência com escolas inclusivas, (...) investir maior esforço em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como em aspectos profissionais da educação inclusiva”. (p.nove)

“Há um emergente consenso de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio para uma escola inclusiva é de desenvolver uma pedagogia centrada ao aluno, uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências e desvantagens”.(p.6)

“A experiência, em muitos países, demonstra que a integração das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais bem atingida dentro de escolas inclusivas que atendem todas as crianças na comunidade. (...) Enquanto as escolas inclusivas oferecem ambientes favoráveis para se conseguir oportunidades iguais e participação plena, seu sucesso exige um esforço conjunto, não somente de professores e funcionários da escola, como também de alunos, país, famílias e voluntários”. (p.11)

“O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isto seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizadas, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades”.(p.11-12)

“Nas escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio extra que elas possam requerer para garantir sua educação eficaz. A escolarização inclusiva é o meio mais eficaz para se

formar solidariedade entre crianças com necessidades especiais e seus colegas”. (...) As escolas especiais podem também servir como centros de treinamento e de recursos para o pessoal de escolas comuns. Finalmente, as escolas ou unidades especiais dentro de escolas inclusivas podem continuar a prover educação mais apropriada para um número relativamente pequeno de crianças com deficiências que não podem freqüentar adequadamente classes ou escolas regulares “. (p.12)”.

“As experiências, além do mais, sugerem que as escolas inclusivas, servindo todas as crianças em uma comunidade, têm mais sucesso na obtenção de apoio da comunidade e em encontrar meios criativos e inovadores para usar os limitados recursos que estiverem disponíveis”.(p.13)

“A preparação adequada de todo o pessoal da educação constitui um fator-chave na promoção do progresso em direção às escolas inclusivas”. (p.27)

O sucesso da escola inclusiva depende, consideravelmente, de identificação, avaliação e estimulação precoces das crianças bem pequenas, portadoras de necessidades educacionais especiais “. (p.33)”.

O desenvolvimento de escolas inclusivas como o meio mais eficaz de se conseguir educação para todos precisa ser reconhecido como uma política-chave do governo e ter um lugar de destaque no plano de desenvolvimento de uma nação. (...) Conquanto as comunidades devam desempenhar um papel essencial no desenvolvimento de escolas inclusivas, o apoio e estímulo do governo são também primordiais na busca de solução eficazes e viáveis. (...) “Pode se começar apoiando aquelas escolas que desejem promover educação inclusiva e deslançar projetos-piloto em algumas regiões a fim de se adquirir a necessária perícia para a expansão e a generalização progressiva. Na generalização da educação

inclusiva, o nível de apoio e a perícia terão que ser compatíveis com a natureza da demanda”. (p.41)

5. Política Nacional de Educação Especial.

No Brasil, temos uma Política Nacional de Educação Especial. Ela foi elaborada em 1993. Provavelmente essa política será revista e atualizada nos próximos anos a partir da Declaração de Salamanca.

O objetivo da Política Nacional de Educação Especial é garantir o atendimento educacional ao aluno com necessidades educativas especiais. Até hoje, no entanto, o direito à igualdade de oportunidades desse aluno dificilmente é respeitado.

O conteúdo dessa política está fundamentado na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Decenal de Educação para todos, do MEC.

A Política Nacional de Educação Especial não adota o termo **inclusão**. Fala de integração, diz que “a educação deve ser, por princípio, liberal, democrática e não doutrinária”. Dentro dessa concepção, o documento confirma que a principal preocupação, incluindo a especial, é o desenvolvimento integral do homem e a sua preocupação para uma vida social primitiva.

5.1 – Estrutura Jurídica.

O Brasil tem uma estrutura jurídica moderna em alguns pontos, em outros ainda precisa adequar-se às necessidades de mudança da sociedade brasileira. A Constituição Federal, promulgada em 1988, aborda, em diversos momentos, a questão das pessoas com deficiência. Há também leis federais que dispõem, com mais detalhes, sobre aspectos da inserção do deficiente à sociedade no âmbito da escola, da assistência social e do trabalho.

Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, quanto a Constituição Brasileira, têm sido interpretadas, por alguns estudiosos, como não incentivadora da inclusão. Isto porque ambas definem que o atendimento de alunos com deficiência deve ser especializado e, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Acontece que escolas públicas e particulares não interessadas em ter alunos deficientes em sua sala de aula se apegam ao termo especializado, interpretando-o como sinônimo de degradação. Além disso, essas escolas entendem que a expressão “preferencialmente” pode ser traduzida como uma opção. Por falta de informação ou desinteresse, ignoram, assim, o comando constitucional que diz sermos todos responsáveis pela inserção de crianças e de adolescentes com deficiência na vida em sociedade. Os responsáveis por essas escolas embora não estejam sentem-se abonados para não promover a integração e muito menos a inclusão.

Nenhuma lei pode ser analisada fora do contexto dos princípios da Constituição Brasileira, que, se não trocou o “preferencialmente” pelo

“necessariamente”, é uma constituição que reconhece que todos os homens têm o mesmo valor perante a lei. Por tudo isso, as escolas não podem rejeitar um aluno com necessidades educativas especiais, nem sob o argumento de que não estão preparadas para recebê-lo.

6. Educação Inclusiva.

A educação inclusiva é hoje uma realidade em muitos países, ela nasceu e vem se fortalecendo dentro de um sistema regular sedento pela melhoria da qualidade da escolarização do mundo. Os especialistas inclusivos partem do princípio de que uma educação com qualidade teria como consequência a presença de todos os tipos de crianças dentro de uma escola regular.

Na inclusão, o vocábulo *integração* é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir alunos que já foram anteriormente excluídos, embora, os vocábulos *integração* e *inclusão*, no âmbito do ensino, encerrem a mesma idéia de inserir as pessoas com necessidades educativas especiais na escola.

Quando usamos a palavra *integração* queremos dar idéia de que a inserção é parcial e incondicional, que é um dos princípios mais polêmico da inclusão, pois, quando falamos ou pensamos na inserção de uma criança com deficiência leve ou moderada na escola regular, tudo bem. Mas, quando se trata de inserir pessoas com comprometimentos múltiplos e severos, a escola sente dificuldades diante da proposta de inclusão, que visa não deixar ninguém excluído do ensino regular, sendo que a inclusão não se trata apenas de colocar uma criança deficiente em

uma sala de aula ou em uma escola. Inclusão trata, sim, de como lidamos com a diferença.

Segundo Werneck (1997, p. 59), uma coisa é pregar a inclusão. Outra é praticá-la no dia-a-dia, na escola, ajustando o novo conceito às diversas realidades “.”.

A inclusão instiga a este tipo de reflexão, mas, estes e outros questionamentos podem ser o início da construção de um novo futuro.

Portanto, acolher pessoas com diferenças desafiantes em nossas escolas e comunidades não é simplesmente para o bem delas e, sim, uma oportunidade de crescermos juntos na construção de um sistema democrático melhor e mais humano e, finalmente, iniciando uma fase de igualdade e oportunidades para todos.

Sendo a escola um ingresso para a sociedade inclusiva, ela terá que alterar os seus princípios, transformando-se numa escola inclusiva e democrática, pois, não existe democracia sem educação, nem educação sem democracia.

6.1 - Inclusão e Desafios no Ensino Secundário.

A escola secundária é muito menos receptiva aos a inclusão a alguns pautadores de necessidades especiais do que a escola primária, por dois fatores a ser consideradas:

Organização Geral: As classes da escola secundária possuem um grande número de alunos. Isto tem como efeito proibir toda a flexibilidade na aplicação do currículo.

Os professores se adaptam a esta situação com programas pré-determinados.

A Estruturação e Promoção por Matéria: A estruturação por disciplina constitui a base de reagrupamento dos professores do curso secundário. E é no interior destes reagrupamentos que se realiza o planeamento entre professores.

Este tipo de estrutura permite ao professor do ensino secundário a se identificar com uma única matéria, enquanto, o professor da escola secundária se identifica com um nível.

Esta estrutura por matéria permite que um mesmo professor se relacione com diversos grupos de alunos por dia. Ao contrário do professor do ensino primário, que passa em média 04 horas por dia com o mesmo grupo de alunos.

É, portanto, muito difícil para o professor do nível secundário adaptar-se o seu ensino às necessidades individuais dos alunos. Enfim, a promoção por matéria é uma outra característica estrutural importante, sendo que, no curso secundário, um aluno não pode seguir para outro nível superior em uma matéria específica se não conseguir nota.

No primeiro nas escolas do ciclo básico (inclusivas) não existe esta obrigação, pois, um aluno pode ser promovido, ainda que não tenha se saído bem no nível anterior.

Estes diferentes fatos se conjugam uns com os outros, de modo a criar um impacto negativo sobre o processo da inclusão. A isso acrescenta-se ainda a

importante diferença entre o desempenho escolar e o comportamento social dos alunos com necessidades especiais e dos ditos normais, e, assim, pode-se supor o grande desafio imposto pela educação inclusiva, visto que os alunos que presentemente vivem experiências estarão chegando à escola secundária.

6.2. Professor: Presença Importante na Educação Inclusiva.

O professor do ensino básico é uma das figuras principais na sociedade inclusiva.

A inclusão emular amedronta tanto os professores do ensino regular quanto os especialistas em educação especial. Os de encena, regular ficam preocupados porque são levados a assumir papéis às vezes indesejados. Alguns profissionais questionam o fato da escola inclusiva não admitir a repetência tradicional. Outro desafio tem sido aceitar que alunos com necessidades educativas especiais sejam inseridos nas turmas por idade cronológica, sendo esta um dos principais parâmetros da inclusão.

Os especialistas em educação especial temem que a escola inclusiva acabe abruptamente com o ensino especial e elimine também o profissional que, há vários anos, vem se especializando nessa área, entretanto a inclusão prega um ensino especializado para o aluno e a experiência do profissional de educação especial será decisiva nesse processo.

Oferecer ensino de qualidade para alunos com necessidades especiais depende da formação e do desenvolvimento profissional do professorado. Portanto, é imprescindível repensar o fato de que os professores do ensino

regular, com algumas exceções, encontram-se, em sua maioria, sem nenhuma formação nesse sentido. Sendo este o outro desafio para as escolas inclusivas, uma vez que, todos os professores devem ter conhecimentos mínimos sobre as deficiências e sobre a forma de organizar o ensino e o currículo para responder adequadamente às necessidades destes alunos.

6.3 – Pais: Participação Importante.

A participação dos pais das crianças deficientes no processo educacional de seus filhos pode contribuir notavelmente para o seu desenvolvimento. É importante que os pais colaborem nas atividades da escola, que apoiem determinadas aprendizagens em casa e que colaborem na observação dos progressos de seus filhos. A participação dos pais é especialmente importante na primeira infância, já que são os principais educadores de seus filhos nesta faixa etária.

Comprometer os pais é o primeiro passo para o sucesso da inclusão da criança deficiente na comunidade familiar, educacional e social.

A participação dos pais no processo educacional de seus filhos é um tema praticamente ausente nas legislações dos diferentes países latino-americanos, motivo pelo qual não é de se estranhar que as associações, neste âmbito, sejam ainda muito isoladas e necessitam de sistematização e articulação.

6.4 – Benefícios para Todos na Educação Especial.

Conforme Kunc, “A educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o ‘pertencer’ é um direito, não um status privilegiado que deva ser conquistado”.

De acordo com o: **Programa da ONU em:**

Deficiências Severas – 1994, todos os estudantes serão beneficiados com a Educação Inclusiva.

6.4.1 – Os Estudantes com Deficiência:

- Desenvolvem a apreciação pela diversidade individual;
- Adquirem experiência com a variação natural das capacidades humanas;
- Demonstram crescente responsabilidade e melhora na aprendizagem de ensino entre os alunos;
- Estão mais bem preparados para a vida adulta em sociedade diversificada através da educação em sala de aula diversificada.

6.4.2 - Os Estudantes sem Deficiência:

- Desenvolvem, em escala crescente, o conforto, a confiança e a compreensão da diversidade individual deles e de outras pessoas;
- Demonstram crescente responsabilidade e crescente aprendizagem através do ensino entre os alunos;

- Estão mais bem preparados para a vida adulta em uma sociedade diversificada através da educação em sala de aula diversificada;
- Beneficiam-se da aprendizagem sob condições instrucionais diversificadas.

6.5 – Adaptações de salas comuns para a Inclusão de alunos

Portadores de necessidades especiais.

Todos os alunos, quaisquer que sejam as suas capacidades, irão beneficiar-se de aulas que sejam menos dependentes de livros e mais experiências, mais cooperativas, mais holísticas e mais multi-sensoriais.

As adaptações de sala de aula devem ser feitas com o menor “estardalhaço” possível e com o máximo de boa vontade e hospitalidade. Em hipótese alguma deverá a deficiência ser apontada de forma constrangedora ou enfatizada, nem tão pouco ser ignorada.

As possíveis adaptações de salas comuns são as seguintes:

6.5.1 - Para os alunos com impedimento altivo, o professor deverá:

- Sentar na frente da sala.
- Usar recursos visuais.
- Usar a dramatização.

- Se o aluno lê braile, usar livros em braile e estimular os outros a aprender o braile.

6.5.2 - Para os alunos com limitações motoras:

- Fazer os colegas se revezarem para ajudar.
- Usar materiais pré-cortados.
- Fazer com que estes alunos sentem-se próximos às saídas, sem ficar isolados dos colegas.
- Oferecer papéis adaptados nas dramatizações.
- Providenciar salas e espaços acessíveis.

6.5.3 - Para alunos com deficiência mental:

- Usar o sistema de companheiro.
- Formar grupos de aprendizado cooperativo.
- Contar história para ensinar conceitos básicos abstratos.
- Preparar versões simplificadas do material.
- Falar claramente.
- Aprender a usar a língua de sinais e estimular os outros alunos a aprender também.

6.5.4 – Para os alunos com distúrbios de comportamentos, o professor deverá:

- Aplicar técnicas de modificações de comportamento.

- Designar responsabilidades especiais.
- Identificar os pontos fortes deles.
- Ignorar comportamentos inadequados, quando possível.
- Focalizar os pontos bons e elogiá-los.
- Formar grupos de aprendizado cooperativo com instruções e metas

bem claras.

6.5.5 – Para os alunos com dificuldades de aprendizagem, o professor deverá:

- Permitir o uso de máquinas de escrever ou um colega para tomar notas.
- Usar gravador de áudio.
- Dar exames orais.
- Oferecer adaptações que o aluno use na escola: caneta lumicolor para acompanhar leitura em livro, tarefas simplificadas, recursos visuais etc.

6.5.6 - Para alunos com impedimento visuais, o professor deverá:

- Sentar na frente da sala.
- Repetir conceitos para o estudante gravar e ouvir em casa.
- Usar a dramatização.
- Escrever na lousa em letras grandes.
- Se o aluno lê braile, usar livros em braile e estimular os outros a aprender o braile.

6.6 - Transição da Escola para o Trabalho.

A finalidade mais importante da educação escolar é desenvolver as capacidades necessárias para que seja um membro ativo na sociedade, ou seja, preparada para a vida adulta. No caso dos alunos com necessidades especiais, é de vital importância a possibilidade de uma vida adulta independente, e isto significa oferecer-lhes uma formação adequada ao término da educação básica.

Em alguns países, a legislação contempla o direito de jovens deficientes receber educação vocacional, visando o seu ingresso no mercado de trabalho, no entanto, a oferta é muito escassa e pouco sistematizado.

No Brasil, a partir da década de 80, foram surgindo caminhos para inserção das pessoas com deficiência na força de trabalho. As associações de pessoas deficientes, não só as que existiam, mas também as que surgiram desde então, vêm desempenhando um destacado papel na abertura do mercado de trabalho, sob a égide de seu direitos de cidadania. E, mais recentemente, o surgimento de centros de vida independente vem ajudando a consolidar a garantia destes direitos.

A respeito de Transição da escola para o trabalho a Declaração de Salamanca (1994, p. 56) assevera que

“Os jovens com necessidades educacionais especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição da escola para a vida adulta produtiva. As escolas devem ajudá-los a se tornarem economicamente ativos e prover-

lhes as habilidades necessárias no dia-a-dia, oferecendo treinamento em habilidades que respondam às demandas sociais e de comunicação e experiência direta em situações de vida real fora da escola. Os currículos para alunos com necessidades especiais em classes mais adiantadas devem incluir programas transacionais específicos, apoio para ingressarem no ensino superior sempre que possível e subsequente treinamento profissional que os prepare para atuarem como membros contribuintes independentes em suas comunidades após terminarem os estudos. Estas atividades devem ser executadas com a participação ativa de conselheiros profissionais, agências de colocação, sindicatos, autoridades locais e diferentes serviços e entidades interessados”.

Neste sentido, caberá a cada escola preparar o aluno para o sucesso profissional e vida independente, provendo programa de desenvolvimento de habilidades e conhecimento da vida profissional e vida independente, ou seja, transformá-lo em pessoa com habilidades sociais e um cidadão independente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A inclusão é uma proposta, um ideal. Se quisermos que nossa sociedade seja acessível, que dela todas as pessoas com deficiência possam participar em igualdade de oportunidade, é preciso fazer desse ideal uma realidade a cada dia”.

Como podemos concluir, a inclusão é uma proposta, um ideal, um projeto que deve ser colocado em prática em todas as escolas do Brasil e do Mundo. Para que isso ocorra nas Escolas, precisa-se abandonar a condição de instituição burocrática. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, respondendo aos desafios que se apresentam.

Portanto, a Escola deve ser vista como espaço de todos e para todos.

A remoção de barreiras arquitetônicas, estruturais e de nomenclatura na Inclusão é fundamental para romper com resistências que existem em alguns setores da sociedade.

Pois, tanto no âmbito escolar, profissional, familiar, como em outros setores, as principais resistências têm como raiz o preconceito, a falta de informação e intolerância a modelos mais flexíveis.

As ações de sensibilização da sociedade, convivência na diversidade humana, dentro das escolas, das empresas e dentro de políticas são eixos fundamentais para alicerçar o processo de inclusão.

Portanto, na Escola Inclusiva o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades

especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O objetivo principal é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte.

A integração é um processo gradual e dinâmico, que assume várias formas, segundo as necessidades e características de cada aluno, levando em conta o contexto socioeconômico.

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, nas classes de ensino comum, alunos ditos normais com alunos portadores ou não de deficiência que apresentem necessidades educacionais especiais. A inclusão beneficia a todos, uma vez que sadios sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade podem se desenvolver.

Para um projeto educativo, baseado nos princípios de integração e inclusão, devemos pensar numa renovação pedagógica, que considere as diferenças. Não há dúvida de que a qualidade da educação tem importância prioritária para o crescimento econômico, social e político de um país.

Os governos precisam formular políticas que assegurem a inclusão dos excluídos e, portanto, estabelecer metas e procedimentos eficientes de inclusão dos excluídos e de ampliação de cidadania.

Podemos, então, afirmar que a escola, como espaço inclusivo, deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os seus alunos, sem exceção. Ela terá de estar preparada para lidar com soluções que fujam ao cotidiano.

REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, M. L. *Psicologia do Excepcional*, São Paulo; v. oito, EPU, 1986.
- COELHO, M. *Educação Inclusiva é tendência mundial – Desafio de hoje*, Rio de Janeiro, v. XV nº 171, p.03, 1996.
- CORREIA, C. A. *A integração do deficiente ao mercado de trabalho: Uma Conquista Social*, São Paulo, v. XV nº 34, p. 119 – 134, 1990.
- JÖNSSON, T. *Inclusive Education*, Hyperbola (India) THPI, 1994.
- MANTOAN, M. T. E. *A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema*, São Paulo; Memnon/SENAC, 1997.
- _____ *Ser ou estar, eis a questão*, Rio de Janeiro; WVA, 1997.
- MENDES, E. G. *Integração Escolar: Reflexões sobre a experiência de Santa Catarina*, Inter Ação, Brasília, v. cinco, 1994.
- SASSAKI, R. K. *Inclusão – Construindo uma Sociedade para Todos*, Rio de Janeiro; WVA, 1997.
- _____ *Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho*, São Paulo; v.sete, p 16, apos. 1997b.
- UNESCO. *Lá Educassem – Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas empecias*. Tradução: Edílson Algemem Cunha, Brasília: CORDE, 1994b.
- WERNECK, C. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*, Rio de Janeiro: WVA, 1007.

